



IX Simpósio Nacional de História Cultural
Culturas – Artes – Políticas: Utopias e distopias do mundo contemporâneo
1968 – 50 ANOS DEPOIS
Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT
Cuiabá – MT
26 a 30 de Novembro de 2018

**FRONTEIRA: O DISCURSO DA MÍDIA IMPRESSA SOBRE A
POPULAÇÃO FRONTEIRIÇA BRASIL/BOLÍVIA**

Eduardo Bruno Ferreira da Silva¹
Maria do Socorro de Sousa Araújo²

Este texto é resultado da prática de pesquisa de Iniciação Científica, vinculada ao Projeto **Fronteiras do espaço central da América do Sul: diversidades, tensões e representações**, que conta com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso – FAPEMAT. O *locus* da investigação é o Arquivo Público Municipal de Cáceres/MT onde há um acervo de mídia impressa do Jornal Correio Cacerense, de tiragem diária há 56 anos, que guarda uma memória do cotidiano da fronteira, onde convivem brasileiros e bolivianos desde os tempos coloniais, ou seja, o século XVIII. O objetivo da investigação, portanto, é entender de que forma os discursos jornalísticos desse meio de comunicação apresentam as relações e o convívio transfronteiriço, com destaque para a figura humana do “boliviano”, e também como as matérias midiáticas produzem a imagem da fronteira oeste para a sua comunidade de leitores.

¹ Graduando de Licenciatura em História e Bolsista de Iniciação Científica PROBIC na Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, E-mail: eduardobruno.71271@gmail.com

² Professora do Curso de Licenciatura em História e do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, e Orientadora de Iniciação Científica, Campus Universitário “Jane Vanini”, Cáceres/MT. E-mail: socorroaraujo@unemat.br

Do material catalogado, 168 reportagens são notícias relacionadas à faixa de fronteira já mencionada, mas somente algumas delas serão abordadas neste artigo. Parte considerável da documentação noticia eventos e ações bilaterais de integração que buscam entendimentos políticos e econômicos, uma vez que ao município de Cáceres interessa a comercialização de produtos e o aumento das divisas locais. Para melhor compreensão, a espacialidade de fronteira está aqui definida como “um lugar de cooperação e de integração entre comunidades vizinhas”, como diz ZANIRATO (2016, p. 24).

Com aproximadamente 94.000 habitantes (IBGE, 2018), a cidade de Cáceres está localizada na região oeste do estado de Mato Grosso, a 90 quilômetros de distância do território boliviano, tendo um acesso terrestre denominado de “fronteira seca”.³ Desde a colonização ibérica (século XVIII), o convívio entre ambas as populações tem se realizado ora mais tensa, ora mais diplomática. Entretanto, em mais de dois séculos, as relações interpessoais cotidianas também passam tanto por entendimentos entre vizinhos que vivem as mesmas situações socioculturais e econômicas, quanto por laços familiares pelos quais muitas pessoas transitam frequentemente os espaços transfronteiriços. É muito comum o casamento entre brasileiros(as) e bolivianos(as) que favorece a formação de famílias mescladas pelas duas nacionalidades. Nas experiências cotidianas também estão os conflitos próprios das relações humanas. É das notícias veiculadas sobre os desdobramentos dessas convivências (formais e informais) que estamos falando.

Como pensar a função da imprensa? As notícias formuladas e veiculadas pelos meios de comunicação não passam pela neutralidade das informações como oportunamente lemos ou ouvimos. A publicação de notícias pressupõe uma articulação direta entre o saber sobre os acontecimentos, a composição de uma verdade e um empoderamento da fala (escrita e/ou verbalizada) do(s) autor(es) da(s) reportagem(s). Os discursos midiáticos instituem práticas formuladoras de opiniões públicas que costumam ser acolhidas pelas pessoas comuns na condição de discursos-verdades, o que podem produzir sociabilidades que norteiam grupos sociais ao condicionar o imaginário coletivo às notícias veiculadas.

³ “Fronteira seca” são delimitações territoriais internacionais marcadas por linhas limítrofes de natureza imaginária, ou seja, é um limite entre dois países que não se efetiva por marcos geográfico como rios, lagos, montanhas, etc., mas por linhas imaginárias materializadas na maioria das vezes por marcos ou monumentos de concreto também conhecidos como marcos geodésico.

Nessa perspectiva, destacamos quatro reportagens publicadas no jornal Correio Cacerense, com as seguintes manchetes: “Polícia Federal apreendeu veículos suspeitos”; “Até o ‘fusca’ do ministério do trabalho”; “Governador cria delegacias especializadas”; e “Rodovia para a Bolívia”, com intuito de apontar as formas discursivas como essas notícias criam uma imagem estereotipada sobre os espaços de fronteira Brasil-Bolívia e, por conseguinte, das populações transfronteiriças.

Alguns discursos se tornam oficiais e ganham legitimidade porque são produzidos por agentes públicos (ou mesmo privados, no caso da imprensa) e circulam como verdades em si mesmas porque o resultado das ações cotidianas está registrado em relatórios, gráficos e boletins estatísticos. A partir da década de 1980, ocorrências de crimes relacionadas a roubos de veículos, tráfico de internacional de entorpecentes e políticas de segurança pública tem sido recorrente nas páginas da imprensa local. Esses dados e outras atitudes discursivas ajudam a produzir uma imagem negativa sobre a fronteira como se a criminalidade fosse exposta às claras ou entranhada nos corpos dos indivíduos, que no imaginário coletivo tornam as pessoas delituosas ou, minimamente, suspeitas de pertencerem às organizações criminosas somente porque são identificadas como “gente da fronteira”. Assim, os discursos jornalísticos funcionam como uma prática constituinte da dinâmica social que formulam maneiras de pensar e agir, definindo papéis sociais e generalizando comportamentos passíveis de interpretações que se pretendem verídicas, compartilhadas e universais.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TRANSFRONTEIRIÇA A PARTIR DA MÍDIA IMPRESSA

O conceito de identidade é muito utilizado pelas ciências humanas e sociais para distinguir pessoas, regiões, nações ou na formação de outras identidades, sem contar com o controle dos Estados nacionais no âmbito do exercício de poder. Nesse entendimento sobre identidade, podemos compreender as relações interpessoais a partir de alianças que são feitas, desfeitas e refeitas que ocorrem nas regiões de fronteiras, onde há encontros de pessoas com diferentes origens que se misturam e se transformam nos espaços transfronteiriços, ocasionado pelas manifestações socioculturais e étnicas que mapeiam o convívio de todos. De acordo com Silva e Silva:

[...] é possível estudarmos as identidades com base em muitas premissas, como, a partir do hibridismo, ou seja, da sobreposição de identidades diferentes, o que é cada vez mais comum nos países que

recebem grandes levas de imigração. Nesses lugares, os imigrantes de diferentes origens se mesclam, assim com suas culturas, criando culturas híbridas. (SILVA e SILVA, 2006, p. 2).

A fronteira oeste, tanto no lado brasileiro quanto no lado boliviano, tem uma composição demográfica que se origina com o trabalho das missões jesuíticas ainda no século XVIII, quando várias etnias se misturaram nos aldeamentos. A partir do trabalho missionário, a mescla dessas populações passou a ser denominada de chiquitanos. Sobre a formação étnica dessas territorialidades transfronteiriças, Anzai (2008, p. 254) afirma que:

O estabelecimento das missões de Moxos e Chiquitos fizeram parte de uma estratégia castelhana para controlar suas fronteiras, em especial aquelas mais distantes dos núcleos coloniais mais importantes. Ao mesmo tempo em que mantinha os mais diversos grupos indígenas concentrados, a administração castelhana lançava mão do trabalho dos religiosos para instalarem novos padrões de territorialidade ao qual deveriam se conformar os índios.

Para além de outras pessoas que migraram de outros lugares, a fronteira oeste é o lugar da chiquitania, por excelência. Essa particularidade institui uma condição identitária própria do lugar, mas que o encontro, o convívio ou o contato com os *outros diferentes*, com distintas culturas provenientes de centros urbanos, tem produzido concepções hierarquizadas de civilidade e muitas vezes fazendo da *figura humana* da fronteira, um ser inconfiável.⁴ Essa situação é muito comum quando há registros de atitudes ilícitas e quase sempre creditadas a autoria aos “bolivianos da fronteira”.

Nos ocorrências policiais, os roubos de veículos, de equipamentos agrários e o tráfico de drogas na região fronteira Brasil-Bolívia, é um problema comum na fronteira, que acaba por se tornar uma prática atribuída aos bolivianos, ainda que sempre haja envolvimento de brasileiros. Esta concepção estereotipada sobre a população fronteira, muitas vezes estão expressas nas manchetes de jornais locais que acabam denegrindo ou desqualificando os habitantes transfronteiriços. Nesse sentido, é importante perceber o quanto a contribuição opinativa da mídia jornalística exerce sobre as pessoas, especialmente na formulação da opinião pública, pois cotidianamente os jornais

⁴ Compulsoriamente, esses habitantes – os chiquitanos – também compuseram a massa humana envolvida em conflitos políticos, disputas territoriais e divergências culturais que não lhes eram próprias.

disseminam notícias que de certa forma reforça o estereótipo que desqualificam os bolivianos e atribuem a eles as causas-crimes transfronteiriços.

Cáceres, como um lugar que abrange boa parte da fronteira com a Bolívia, registra diariamente uma mobilidade de imigrantes que residem em ambos os lados da fronteira, ou parte desses migrantes somente procura a cidade em busca de demandas específicas de saúde e/ou trocas comerciais, o que nem sempre é divulgado na mídia impressa ou digital.

Afirmção da mídia no discurso breve e inacabado a respeito do país vizinho, visão da fronteira como se fosse somente um lugar de separação, e o contato com o “outro” somente nas atividades diplomáticas e comerciais, dentre outros acordos. Vedada outras importantes relações que acontece com frequência, o choque cultural de duas nacionalidades, a formação de identidades, relação de matrimônios, e diversas outras situações. A fronteira não pode ser vista somente como algo de limitação demarcatória, mas também como espaço de construção identitária fronteiriça com o “outro” na relação do contato e das trocas de saberes, pois há uma multiplicidade cultural que atinge os habitantes.

Questões como estas implicam na concepção de identidade que se manifesta nos espaços de fronteira e que nos permite apontar os processos de expressões culturais e sociais. As experiências e vivências dos povos que não se estabelece pela cultura e sim pela nacionalidade, produzindo estereótipos e hierarquização de uma cultura sobre outra.

Em 14 de junho de 1984, o jornal Correio Cacerense publica uma notícia sobre um acontecimento da fronteira com a seguinte manchete: “Polícia Federal apreendeu veículos suspeitos”. Essa notícia se refere à continuidade da operação da Polícia Federal numa localidade da fronteira chama da Ponta do Aterro, em Vila Bela da Santíssima Trindade, onde o histórico de crimes e as práticas de busca levaram a polícia a suspeitar das pessoas que circulam entre os espaços urbanos da cidade e a faixa da fronteira. No total, foram notificados cerca de 15 veículos e, em seguida, recolhidos para serem investigação.

Mesmo sendo uma praxe policial, a matéria jornalística diz que “[...] já se julga que alguns dos veículos possam ter sido roubados nos grandes centros e chegaram até Cáceres para serem negociados na Bolívia” (Correio Cacerense, 14 de julho de 1984. p. 01). Com base nesta notícia podemos pensar em um questionamento a respeito dos

fronteiriços: será que todos os carros roubados na região de fronteira vão para a Bolívia? Será que todos os bolivianos que transitam pela fronteira tem o intuito de cometer crimes? O indivíduo de nacionalidade boliviana é um perigo em algumas regiões de fronteiras brasileiras?

Pelo noticiado, podemos entender que as notícias dos jornais também contribuem para a prática de um tratamento de desqualificação da “gente da fronteira”, ou seja, de formar opinião que leve as pessoas a acreditarem que o “mal” que contrabandeam, trafica, etc., está no outro lado da fronteira. Portanto podemos perceber que há um menosprezo entre as culturas, conflitos externos de pessoas que não entende a fronteira e a subjagam e classifica como lugar de banditismo.

Ao afirmar que a polícia civil ajudou nas operações de fiscalização de veículos e na investigação de irregularidades dos documentos dos veículos e de seus condutores, a reportagem inclui a localidade Ponta do Aterro como rota de carros roubados partindo de vários lugares do Brasil, ou seja, que os veículos fiscalizados e apreendidos não são propriedades de bolivianos, o que pode ser dos próprios brasileiros ou de outras nacionalidades. Pelas notícias veiculadas, quando um agente de ilicitudes é um boliviano, a matéria jornalística se torna mais persuasiva atribuir a autoria aos bolivianos.

Divulgam as notícias de forma para atrair a atenção de seus leitores estimulando a curiosidade que a consome sem contextualizar, levando diretamente os leitores a presumir uma verdade revestida por preconceitos ligados à população fronteiriça. De acordo com Manetta:

Uma breve análise dos títulos das notícias selecionadas é capaz de revelar a predominância da temática que tendem a gerar associações frequentes entre bolivianos e o crime, a formalidade e a contravenção. Tal fato pode ser confirmado pela utilização frequente, nos títulos das notícias, de termos como polícia, traficante, drogas (cocaína), prisão, suspeitos, assassinato, documentos falsos e etc., todos eles pejorativos e nesses casos, vinculados à nacionalidade boliviana. (MANETTA, 2012. p. 265).

Leitores presumem o que é noticiado pelas mídias como verdade, e não conhecem o espaço de fronteira, muito menos entende que o próprio país colabora com a criminalidade. Quando é noticiada uma prisão de um boliviano, todo o estereótipo é levado em direção ao espaço de fronteira, melhor dizendo, a própria Bolívia como alvo das mídias.

Para explicar o fenômeno da veiculação das notícias contra a população fronteiriça, partimos de duas práticas constantes nos jornais: a primeira refere-se às manchetes (como já foi dito) que reforçam o estereótipo sobre as populações transfronteiriças; a segunda é a forma como as notícias são produzidas, ou seja, a linguagem utilizada a partir da escrituração e formatação produzindo concepções equivocadas sobre os espaços de fronteira que os pressupõe como territórios nacionais de potenciais criminosos. Nesse sentido, a forma como são noticiados os fatos, corroboram com Muller e Oliveira (2005, p. 5) ao dizerem que “a definição de quem são os sujeitos que pertencem ou os que devem ser excluídos, garante ao grupo sua identidade”.

Uma outra notícia está explícita na manchete: “Até o ‘fusca’ do ministério do trabalho”, cuja matéria foi publicada em 1985, em um *box* de notícias chamado “*Ronda Policial*”. O episódio diz respeito a um roubo de um veículo pertencente ao Ministério do Trabalho, com sede em Cáceres/MT, que estava em conserto em uma oficina da cidade. Sem saber pista do paradeiro do veículo a notícia supõe “Duas hipóteses para o caso: o automóvel a esta altura já encontra-se em território boliviano, ou abandonado na periferia da cidade completamente ‘depenado’. Das duas uma.” (Correio Cacerense, 30 de Abril de 1985. p. 6)

A redação dada à notícia leva o leitor a uma interpretação precedida de um pré-julgamento de ação de furto e, portanto, a leitura estereotipada sobre o caso por se tratar de um veículo institucional. Pela cultura local, a notícia também sugere a quase certeza do território boliviano ser pensado como um lugar de refúgio de criminoso, ou lugar onde a receptação de veículos furtados/roubados não passa por investigação e os responsáveis não sofrem qualquer punição.

Desta forma, retomando as afirmações de Muller e Oliveira citadas anteriormente, e considerando que as concepções sobre a fronteira oeste e suas populações estão circunscritas a um processo civilizatório, é possível dizer que as formulações que atribuem a condição de “perigosos” aos bolivianos é uma estratégia discursiva para conferir a eles o estereótipo de incivilizados. Muller e Oliveira (2005) denominam essas narrativas de “metadiscursos”⁵, ou seja, discursos constituídos a partir

⁵ Podemos dizer que o discurso jornalístico é um metadiscurso, como destaca França (1997), um discurso que se constitui a partir de outros; não uma simples repetição, sua construção cria uma nova realidade. Na construção do acontecimento, há uma profunda imbricação entre a palavra do veículo jornalístico e a palavra social. Essa palavra vai viabilizar um movimento de reconhecimento por parte da recepção e inscrever o veículo, no seio da vida social, decidindo quem são os atores convidados, qual o cenário a

de outros que constroem realidades e efeitos de verdade e ganham legitimidade em práticas e narrativas usuais já constituídas.

De acordo com Costa (2013), essas narrativas “fabricam” uma valorização do “*nós*” e o desprezo do “*outro*”, pelas diferenças econômicas e sociais, costume, tradições, cultura, etc., o que podem explicar os conflitos entre pessoas de nacionalidades distintas na fronteira ou em outros locais. De forma geral, as pessoas reproduzem os preconceitos sobre as populações transfronteiriças, especialmente atribuídos aos bolivianos e às concepções de uma fronteira associada ao crime e às ilicitudes.

Assim, pelo marco cronológico dessa pesquisa, desde a década de 1980 boa parte das reportagens veiculadas nos jornais impressos sobre a fronteira oeste, a noticiam como o espaço da inferioridade, da invisibilidade dos habitantes e da incivilidade que se contradiz com o progresso material das pessoas. A lógica desta compreensão é a mesma que opõe urbano ao rural, capital ao sertão, litoral ao interior, atribuindo aos primeiros a condição de lugar de bem estar e aos segundos, lugar do atraso e dos “sub-humanos”.

FRONTEIRA OESTE: UM ESPAÇO DE INTEGRAÇÃO (?)

Essa faixa de fronteira é um espaço que comporta uma multiplicidade de experiências humanas que acontece no território geofísico a pelo menos dois séculos, e que ao entender dessa forma, podemos dizer que há formas cooperativas e vicinais de vivências no cotidiano das pessoas. Do ponto de vista político, é possível afirmar que há uma integração de ações entre as cidades de Cáceres/MT e San Mathias (Bolívia), sobretudo se considerarmos as relações familiares, as modalidades de trabalho, as trocas comerciais e a procura de atendimentos específicos nas redes de saúde e educação por parte dos bolivianos no lado brasileiro. Portanto, por parte das populações há uma integração informal que se estabelecem nas mesclas étnicas, comerciais, sociais e culturais. Do ponto vista institucional e governamental, as ações não devem ser reduzidas às questões de segurança militarizada para não reforçarmos a idealização da fronteira como lugar do medo, do perigo e do pavor.

Em 22 de julho de 1983, o Jornal Correio Cacerense publicou uma matéria, cuja manchete foi: “Governador cria delegacias especializadas”, se referindo a uma ação

ser apresentado, influenciando e participando dos movimentos em curso. (MULLER & OLIVEIRA, 2005, p. 7).

governamental do então governo de Mato Grosso Júlio J. de Campos quando instituiu o policiamento de fronteira para combater roubos e furtos de veículos que eram desviados para territórios bolivianos. Outras atividades criminosas como a receptação de produtos roubados e/ou furtados, tráfico internacional de entorpecentes, tráfico de pessoas e travessia clandestina de mercadorias passaram a ser alvos justificados para criação da Delegacia de Fronteira. No que tange às políticas de relações exteriores, o governo mato-grossense buscou entendimentos estratégicos com o governo departamental boliviano para o combate aos “crimes da fronteira”.

Falando ainda em políticas públicas institucionalizadas entre os dois países (Brasil e Bolívia), tratando de interesses mútuos em regiões de fronteira, repercute uma notícia do jornal O Estado de São Paulo, com a manchete “Rodovia para a Bolívia”, divulga uma notícia sobre planejamento oficial que tornava possível a construção de estradas de rodagem ligando os territórios brasileiro e boliviano, com a finalidade de ampliar relações comerciais e até mesmo viabilizar outros negócios (importação e/ou exportação), tornando possível o acesso terrestre a outros países da América do Sul pela rota do oriente boliviano, passando principalmente pelas cidades de San Mathias e San Ignacio de Loyola porque esse trajeto encurta as distâncias.

Certamente, esse é um ângulo político-governamental que a imprensa nos permite olhar a fronteira oeste para além de um lugar de “pessoas invisíveis” e, portanto, um discurso que constrói territórios transfronteiriços “úteis” quando se presta a acomodar a passagem do desenvolvimento econômico e da plenitude do progresso. Em outras palavras, a imprensa que apresenta a utilidade da fronteira relacionada à marcha do progresso é a mesma que produz opinião sobre uma fronteira como espaço tomado pelas ilicitudes humanas.

A reportagem termina frisando os “laços de amizade que nos une ao vizinho país” (Correio Cacerense, 12 de abril de 1970 p. 01) Situação que possibilita ainda mais as relações entre os países vizinhos do Brasil, com intuito de estabelecer vínculo entre o comércio, exportação e importação, turismo, transportes, dentre outros.

Portanto se entende o que é representado sobre a fronteira e seus componentes, se cria a imagem atribuindo significados, no meio da relação social cotidiana. Temos por isso a forma que se coloca a fronteira como espaço que deve ser protegido sempre pelas autoridades do interesse do estado em controla-la, marginalizando-a e afirmando ser perigosa em nome da segurança da cidade e isso que vemos, lemos, relemos e

reproduzimos o que está divulgado em jornais regionais, ou mesmo o sentido de fronteira já se deduz uma separação, uma barreira que deve/tem o dever de ser defendido e protegido. Com estas questões no **imaginário social** dos leitores deduz/projetam culturalmente, de fato a uma divisão social.

Em leituras feitas e em fontes documentais recolhidas, é encontrado pontos de negação da figurada do boliviano que se desloca a cidade de Cáceres e também a imaginária fronteira constituída, discursos carregado de menosprezos e preconceitos. Em análise de fontes documentais no Arquivo Municipal de Cáceres é possível afirmar que a maioria das manchetes relaciona à Bolívia a várias notícias ligada a criminalidade da região de fronteira, ou seja, notícia de puxadores de veículos, tráfico de drogas, prisões, suspeitos etc. Os discursos da mídia impressas aqui discutidas sobre a fronteira, serve para nós apontar questionamentos sobre como o dizer da fronteira, aliena seu leitor à levar como verdade absoluta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões aqui apresentadas são uma leitura pontual sobre a forma como os discursos midiáticos formulam e disseminam opiniões sobre os espaços de fronteira entre Brasil e Bolívia, especialmente nos territórios correspondentes aos limites geográficos entre Cáceres e San Mathias. Como foi exposto, as narrativas jornalísticas atendem a uma determinada demanda político-social, ora ressaltando com mais força simbólica o que os boletins e as operações policiais registram de atitudes ilícitas, ora destacando o que políticas públicas e governamentais decidem e realizam. Via de regra, em menor intensidade, um ou outro assunto fora dessa pauta é noticiado na imprensa local.

De qualquer forma, as notícias produzidas e veiculadas não enfatizam as vivências seculares que as populações transfronteiriças inventam e reinventam em um universo étnico e cultural muito particular. Tal como a população da cidade, resguardando as generalizações, os discursos midiáticos também não expressam maiores importâncias à presença de bolivianos no cotidiano de Cáceres, ainda que estes participem efetivamente da economia local na perspectiva de uma comunidade de consumo. Nesse sentido, as populações transfronteiriças (bolivianos e brasileiros) compõem um contingente humano invisível.

Essa cultura discursiva produzida em Cáceres e no Brasil (em geral) funciona como a propagação de uma onda em várias camadas e sucessivas dimensões, formulando

concepções de medo e repulsa sobre a fronteira Brasil/Bolívia, naturalizando a ideia de espaço perigoso que necessita de “cuidados” quando se atravessa para o “lado de lá”. Discursos e práticas oficiais ressaltadas pelas ações de combate ao crime organizado têm contribuído para ocultar vivências cotidianas de muitas pessoas que secularmente habitam os territórios transfronteiriços, vitalizando uma cultura própria que está para além da condição geográfica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANZAI, Leny Caselli. **Missões de Chiquitos e Moxos e a Capitania de Mato Grosso**. In: Revista Lusófona de Ciência das Religiões, ano VII/2008, n. 13/14, pp.253-262.

COSTA, Gustavo Villela Lima. **O Muro invisível – A nacionalidade como discurso reificado na fronteira Brasil–Bolívia**. pp. 145-156. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, v.25, n. 2. Novembro/2013. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ts/v25n2/a08v25n2.pdf Acesso em 14/12/2017.

FERREIRA, Evaldo. **A Relação entre cidades-irmãs na faixa de fronteira: O caso de Cáceres-Mato Grosso/Brasil e San Matias-Bolívia**. Caminhos de Geografia – Uberlândia. 18, n. 62 – junho/2017, p. 87-103. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/35768> Acesso em: 07/12/2018

In: Dicionário de Conceitos Históricos - Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva – Ed. Contexto – São Paulo; 2006.

MANETTA, Alex. **Bolivianos no Brasil e o discurso da mídia jornalística**. In: Imigração Boliviana no Brasil. Rosana Baeninger (Org.). Campinas: Núcleo de Estudos de População. Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012, pp. 258-269. Disponível *on line* em: http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/bolivianos/livro_bolivianos.pdf Acesso em 15/12/2018.

MULLER, Karla Maria. OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **Comunicação, cultura(s) e identidade(s) fronteiriças**. 2005. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.cult.ufba.br/ene_cul2005KarlaMariaMullereTitoCarlosMachadodeOliveira.pdf&ved=2ahUKEwiN7aDM6vPaAhVBjJAKHSyPBNAQFjAAegQICRAB&usg=AOvVaw3eI4F3DnaKJHKFwlPFNAVKA Acesso em: 07/12/2018

ZANIRATO, Sílvia Helena. **Fronteiras: Definições Conceituais e Possibilidades Investigativas**. Revista História e Diversidade Vol. 8, nº 1 (2016). Disponível em: https://googleweblight.com/i?u=https://periodicos.unemat.br/index.php/historiaediversidade/article/view/1618&grqid=j_8G5Ni&=1&hl=pt-BR Acesso em: 05/12/2018.